

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parna da Amazônia

1 Às nove horas da manhã do dia dezanove de março de dois mil e dezanove, deu-se
2 início à reunião ordinária do conselho consultivo do Parna da Amazônia, realizada à
3 sala do SEBRAE – Itaituba, localizado à Rua Antão Ferreira do Vale, Bairro Bela Vista,
4 Itaituba/PA. Às nove horas e vinte e seis minutos, a servidora do ICMBio Lívia iniciou
5 a reunião, apresentando os objetivos da reunião, que são a aprovação do regimento
6 interno do conselho consultivo, o monitoramento do plano de ação da regularização
7 fundiária e apresentar os documentos da UC, que são o plano de manejo e o plano de
8 uso público, e indicar os participantes para as oficinas. Lívia, então, mostrou a
9 programação da reunião. Em seguida, os participantes da reunião se apresentaram.
10 Lívia, então, solicitou que os participantes sugerissem acordos de convivência para a
11 reunião. Os participantes sugeriram os seguintes pontos: pontualidade, evitar conversas
12 paralelas, colocar o celular no silencioso, respeito, escuta ativa, ser propositivo. O
13 servidor Gleison inicia a primeira pauta, a respeito da aprovação do regimento interno
14 no conselho. O regimento traz algumas regras para o funcionamento do conselho, na
15 última reunião, os participantes trouxeram alguns pontos, que foram anotados pelos
16 servidores. Gleison, então, iniciou a leitura da minuta do regimento interno, artigo
17 primeiro, dizendo que os participantes poderiam fazer alterações e sugestões para o
18 texto. O senhor Leonardo da ASAMAV afirmou que é necessário identificar a definição
19 de regimento. A senhora Jessica do IFPA concordou com Leonardo, o primeiro artigo
20 deveria explicar o que seria o regimento. Gleison concordou e inseriu no artigo primeiro
21 qual seria o objetivo do regimento interno do conselho consultivo. Jessica sugeriu que
22 indicasse no artigo o poder que um conselho consultivo teria. Gleison afirmou que os
23 objetivos de um conselho consultivo já estão na legislação citada no regimento. O
24 servidor perguntou se a citação das leis já não seria suficiente. Leonardo afirmou que o
25 objetivo, no momento, é se ater ao regimento. Gleison afirmou, então, se poderíamos
26 inserir um artigo com as competências do conselho. Os participantes concordaram com
27 a inserção desse artigo. Gleison perguntou se seria necessário descrever as competências
28 de um conselho consultivo, ou seja, copiar o que está na lei, ou seria suficiente citar a
29 lei. Leonardo sugeriu que fosse anexada a legislação relativa a esse ponto. Participantes
30 concordaram. Gleison, então, continuou a leitura da minuta, relativa à organização e
31 funcionamento do conselho, descrita no arquivo terceiro. O servidor perguntou, então,
32 se os participantes concordariam com a estrutura. Leonardo perguntou se ficou decidido
33 quando e como seria essa escolha. Gleison afirmou que não foi decidido, porém, foi
34 conversado que seria adequado que a presidência seria do ICMBio. Leonardo afirmou
35 que seria importante afirmar quando seria feita a escolha dos cargos, duração dos
36 mandatos e quais os cargos. Gleison perguntou aos participantes quanto tempo eles
37 sugeririam para os cargos. Jessica sugeriu dois anos. Leonardo afirmou que deve-se
38 pensar no caso de desistência do cargo. Participantes concordaram. Jessica perguntou
39 se, quem assumisse, permaneceria pelo período restante ou por dois anos. Participantes
40 concordaram que seria pelo período restante de mandato. Jessica sugeriu que a
41 desistência deveria ser formalizada pelo participante desistente, e ser oficialmente
42 comunicada ao conselho. Afirmou também que deve-se dar um prazo para uma reunião
43 extraordinária para a eleição do novo cargo. Gleison, então, leu o parágrafo terceiro
44 inserido a respeito do tema. Lívia sugeriu que deveria ser escrito que o ICMBio deverá
45 convocar a reunião extraordinária para a realização de nova eleição. Participantes
46 concordaram e Gleison inseriu o parágrafo quinto a respeito da convocação e o
47 parágrafo quarto a respeito do desligamento dos cargos de vice-presidente e secretaria
48 executiva. O servidor Salles perguntou a Lívia se o DNIT foi convidado para participar
49 do conselho. Lívia respondeu que sim, o DNIT foi convidado, mas que declinou, com a
50 justificativa de que não teria servidor para participar das reuniões. A servidora Maressa

Handwritten signature

Handwritten signature

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parna da Amazônia

51 afirmou que não necessariamente os participantes das reuniões devem ser os
52 conselheiros, as instituições poderiam participar das reuniões mesmo não sendo
53 conselheiras. Gleison afirmou que o ICMBio já foi ao DNIT convidar pessoalmente,
54 mas nunca houve resposta. Gleison fez a leitura, então, dos parágrafos terceiro, quarto e
55 quinto inseridos na minuta. Jessica sugeriu que seja inserido um artigo ou inciso
56 indicando que a substituição será pelo período restante para o fim do mandato no cargo.
57 Participantes concordaram. Gleison, então, faz as modificações necessárias na minuta,
58 inserindo um artigo sobre as atribuições do ICMBio junto ao conselho. Lívia afirmou
59 que, com relação às atribuições do presidente, as atribuições da minuta são realizadas
60 pela equipe do ICMBio, pelo fato do ICMBio trabalhar em gestão integrada, e não
61 apenas pelo presidente. Gleison sugeriu um parágrafo, afirmando que as atribuições
62 poderiam ser delegadas ao Serviço Técnico de Gestão Socioambiental da Unidade
63 Especial Avançada de Itaituba. Maressa ponderou que essas atribuições seriam do órgão
64 e não apenas do presidente. Gleison perguntou se essas questões de suporte ao
65 presidente seriam uma atribuição do conselho ou da UNA. Jessica sugeriu que seriam
66 da UNA. O servidor do ICMBio Áderson e a senhora Maria das Graças da EMATER
67 concordaram com ela. Maria das Graças perguntou o que diz a lei a respeito do tema.
68 Gleison disse que a legislação diz que o presidente é o chefe da unidade de conservação,
69 mas essa atribuição poderia ser delegada para outro servidor. O servidor disse que, caso
70 a unidade de conservação não tenha chefe, quem poderia conduzir a reunião seria o
71 coordenador regional, ou seja, pode haver a delegação dessa atribuição. Áderson
72 perguntou se o conselheiro poderia propor pautas. Gleison respondeu que sim, todo
73 conselheiro pode propor pautas, mas os participantes poderiam decidir se essa proposta
74 será discutida. Então, Gleison retornou à leitura das atribuições do presidente do
75 conselho - artigo quarto - e retornou à questão se essas atribuições seriam do presidente
76 ou do ICMBio como órgão gestor. Lívia, Maressa e Jessica concordaram que essas
77 atribuições seriam do ICMBio. Gleison perguntou, então, quais das atribuições seriam
78 do presidente e quais seriam do ICMBio. Lívia sugeriu como atribuição do presidente a
79 elaboração de portarias relativas ao conselho, sugestão que foi acatada e inserida em
80 forma de inciso - inciso II do artigo quarto. Às dez horas e vinte e seis minutos, Lívia
81 sugeriu pausa de quinze minutos de intervalo. Às dez horas e quarenta e três minutos, a
82 reunião foi reiniciada. Gleison retornou à leitura da minuta, discriminando entre as
83 atribuições do presidente do conselho e do ICMBio. O servidor, então, realizou a leitura
84 das atribuições do vice-presidente do conselho. Leonardo afirmou que a desistência do
85 vice-presidente deveria também ser formalizada, esse ponto deveria vir nessa seção.
86 Lívia sugeriu que o pedido de desligamento deveria vir em outro item do regimento, por
87 exemplo, no item perda de mandato, já que não seria uma atribuição de um cargo.
88 Participantes concordaram. Leonardo sugeriu acrescentar que o vice-presidente deveria
89 estar presente nas reuniões ordinárias e extraordinárias. O servidor Bruno perguntou se
90 existe item referente à frequência. Gleison respondeu que sim. Em seguida, Gleison
91 iniciou a leitura das atribuições da Secretaria Executiva do conselho. Lívia sugeriu
92 mudança na inciso V sobre as cópias dos documentos. Bruno perguntou a respeito do
93 responsável pela ata. Gleison respondeu que geralmente é responsabilidade do
94 secretário executivo. Lívia afirmou que, se for colocado no regimento, será obrigatória a
95 execução da ata pelo secretário executivo. Gleison fez alteração no inciso VII, a respeito
96 da realização da ata pelo secretário executivo quando demandado para isso. Em seguida,
97 Gleison fez a leitura das atribuições das câmaras temáticas. Lívia sugeriu colocar como
98 atribuição a elaboração, implementação e monitoramento dos planos específicos de
99 gestão do Parque Nacional da Amazônia. Gleison inseriu a sugestão como inciso IV.
100 Gleison perguntou a respeito do inciso segundo, que afirma que os membros deverão

blop

João

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parna da Amazônia

101 ser pró-ativos. Lívia sugeriu que o termo mais adequado deveria ser que os membros
102 deveriam ter compromisso com o conselho. Participantes concordaram e Gleison fez a
103 alteração no texto da minuta. Na sequência, Gleison fez a leitura das atribuições da
104 plenária e perguntou se os participantes teriam sugestões. Bruno perguntou sobre a
105 exclusão de instituições-membro do conselho. Gleison afirmou que esse ponto é com
106 relação especificamente à exclusão da instituição, e não da pessoa, as normativas dizem
107 isso. Lívia concordou, dizendo que a discussão é sobre o papel da instituição e se o
108 papel dela está sendo feito. O servidor passou, então, à leitura das atribuições dos
109 grupos de trabalho. Lívia sugeriu colocar no regimento a diferenciação entre grupos de
110 trabalho e câmaras temáticas, estas seriam permanentes, enquanto aqueles seriam
111 temporários, sendo extintos ao fim do trabalho. Gleison retornou à leitura da minuta, a
112 respeito da realização das reuniões. Participantes sugeriram que as reuniões
113 extraordinárias seriam aprovadas pela maioria simples do conselho. Lívia perguntou se
114 as câmaras temáticas poderiam sugerir reunião extraordinária. Participantes
115 concordaram e Bruno afirmou que decisão poderia ser da presidência. Áderson disse
116 que não apenas quando sugerido pela câmara temática ou grupo de trabalho, mas de
117 outros participantes. Gleison retornou à leitura da minuta do regimento, relativa aos
118 convites para as reuniões ordinárias e extraordinárias. Participantes discutiram sobre
119 necessidade ou não de quinze dias de antecedência para os convites das reuniões
120 ordinárias. Gleison e Lívia disseram que é necessário um tempo relativo para entregar
121 os convites. Leonardo sugeriu colocar os meios que se pode usar para fazer os convites,
122 por exemplo, email, Whatsapp etc. Gleison afirmou que se busca todos os meios para
123 fazer o convite. Lívia disse que deve-se buscar sempre inserir o convite ou ofício.
124 Gleison prosseguiu com a leitura da minuta do regimento, a respeito do horário de início
125 das reuniões, e à tomada de decisão, apenas os conselheiros teriam direito a voto e que a
126 instituição tem direito a um voto apenas, mesmo presentes os dois representantes.
127 Maressa afirmou que, em outros conselhos divididos por setores, o voto é por
128 representante da cadeira, mesmo que duas ou mais instituições façam parte da cadeira.
129 A senhora Maria da SEMAGRA de Aveiro perguntou se a instituição poderia sugerir
130 alteração de membro. Gleison respondeu que sim, desde que a instituição envie
131 documento solicitando a alteração. Áderson sugeriu que, quando presentes titular e vice,
132 apenas um teria direito a voto. Participantes concordaram e Gleison alterou a minuta,
133 indicando que, nesse caso, apenas o titular teria direito a voto. Na sequência, Gleison
134 realizou a leitura do artigo dezesseis, a respeito dos instrumentos de manifestação do
135 conselho, como recomendação e moção. Gleison afirmou que o conselho pode se
136 manifestar por qualquer tema relacionado ao conselho. Além disso, todos os
137 documentos gerados no conselho são inseridos no processo de implementação do
138 conselho. Bruno sugeriu inserir parágrafo sobre a possibilidade dos participantes
139 acessarem os documentos gerados no conselho. Em seguida, Gleison realiza a leitura
140 relativa à perda de mandato. O servidor chamou a atenção para os casos de perda de
141 mandato por ausência não justificada nas reuniões. A senhora Ana Aparecida da
142 EMATER afirmou que se, em dois anos, uma entidade não participou de nenhuma
143 reunião, mesmo com justificativa deve ser considerado este fato. Maressa questionou o
144 parágrafo único, a respeito da aprovação da perda de mandato pela plenária. Gleison
145 disse que, caso ocorra estas hipóteses, ocorreria apenas a informação da perda de
146 mandato. Bruno sugeriu alterar o inciso I, retirando o termo sem justificativa. Jessica
147 afirmou que a perda de mandato é da instituição e não da pessoa. Participantes
148 concordaram com a sugestão de modificação. Senhor Joaquim afirmou que poderia ser
149 inserido parágrafo no sentido de, se instituição faltar duas vezes consecutivamente,
150 deverá ser perguntada a respeito do interesse de permanecer no conselho e substituir

150

Lívia

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parna da Amazônia

151 representante. Gleison concordou e inseriu o parágrafo. O servidor, então, retornou à
152 leitura da minuta, a respeito de inclusão de novas instituições no conselho. Gleison,
153 então, faz a leitura das disposições finais do regimento. Gleison, então, pergunta aos
154 participantes se concordam com o regimento e se este está aprovado. Participantes
155 concordam e aprovam o regimento do conselho consultivo do Parque Nacional da
156 Amazônia. Na sequência, Livia afirmou que estamos atrasados no andamento das
157 pautas, então, sugere ficar um pouco além do horário acordado ou retornar do almoço
158 antes. A senhora Maria das Graças sugeriu determinarmos um tempo para cada assunto
159 e controlar esse tempo. Livia afirmou que o SEBRAE fecha ao meio dia e reabre às
160 catorze horas, então, a pauta de regularização fundiária do parque fica para a tarde.
161 Gleison encerra as atividades da manhã às onze horas e cinquenta e oito minutos, e
162 solicita que os participantes retornem cinco minutos antes para as atividades à tarde. Às
163 catorze horas e cinco minutos, Gleison reiniciou a reunião do conselho, passando a
164 palavra para o servidor do ICMBio Bruno, a respeito da regularização fundiária do
165 Parna da Amazônia. Bruno se apresentou para os participantes, afirmando que está
166 trabalhando desde dezembro com o tema. Em onze de dezembro de 2018, houve uma
167 reunião sobre regularização fundiária. Surgiu, então, a demanda no tema com os
168 moradores que moram no parque. Foi aprovado um grupo de trabalho (GT) sobre a
169 regularização fundiária. Bruno apresentou um histórico do GT, o qual foi criado em
170 onze de dezembro, data em que foi construído um plano de trabalho, com resultados
171 esperados, atividades, responsáveis, quando e onde serão feitas. Bruno leu as atividades
172 que foram construídas pelo GT, como (1) divulgar a relação dos cadastrados em 2006 e
173 2007, (2) enviar e distribuir o manual de regularização fundiária do ICMBio (Livia
174 afirmou que o manual foi enviado para o grupo de Whatsapp do conselho), (3) critérios
175 para priorização de assentamento (Bruno leu o ofício enviado ao INCRA com os
176 critérios para os editais de chamamento público para participação nos assentamentos) e
177 (4) sinalização do parque. O senhor João da SEMAGRA de Aveiro perguntou sobre a
178 criação dos PDS. Bruno explicou que o decreto de desafetação do parque, citou que
179 seriam criados PDS no entorno do parque, então, em 2018, o INCRA criou esses PDS.
180 Bruno explicou que, agora o INCRA vai lançar um edital para as pessoas concorrerem a
181 uma propriedade nos PDS, assim, foram criados critérios para as famílias que já
182 estavam na área terem preferência. A referência principal é o cadastro do ICMBio de
183 2007. Leonardo perguntou se houve resposta do INCRA sobre o ofício enviado. Bruno
184 respondeu que não houve resposta pelo INCRA. Houve um acordo com a Elisângela de
185 modo a recepcionar esses critérios; agora, deve-se conversar com o novo
186 superintendente sobre os critérios. Com relação ao assentamento, o INCRA vai
187 obedecer aos critérios de reforma agrária desse instituto. Bruno mostrou os cadastros de
188 2007 e de 2016, afirmou que todo o material mostrado hoje está disponibilizado para
189 quem tiver interesse. Bruno mostrou ofício ao INCRA solicitando o cadastro de 2016
190 desse instituto, mas ainda não obteve resposta. O senhor Joaquim citou acordo feito
191 após a desafetação do parque. O parque tem mais de um milhão de hectares. Após, a ex-
192 presidente Dilma desafetou o parque em pouco mais de cem mil hectares. Afirmou que
193 nem cinquenta por cento do acordo feito com os moradores e as instituições foi
194 abarcado. Afirmou que deveria ser feita uma revisão na desafetação, considerando o rio
195 Mamuru, dessa forma, muitos problemas poderiam ser resolvidos. Bruno afirmou que
196 não é apenas o conselho que poderia resolver esse assunto. O acordo foi feito, mas o que
197 vale é a lei e o instituto deve seguir a legislação. Não necessariamente todos os
198 moradores têm os pontos de sua posse definidos, mas temos na lista os nomes dos
199 moradores que viviam no parque em dois mil e sete. Mesmo com a proposta de re-
200 delimitação, o órgão não pode parar a regularização fundiária. Livia fez um pequeno

lolo

Bria

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parna da Amazônia

201 histórico do processo de regularização fundiária do parque, que iniciou no ano de dois
202 mil e seis. Nesses anos, houve uma negociação para resolver o conflito, e serão
203 analisados os processos caso a caso para legalizar os moradores da região. Gleison
204 afirmou que não se pode afirmar que não se sabe os limites do parque, pois já houve
205 várias tentativas, e serão feitas. Bruno afirmou que foram criados cinco PDS e um PA
206 para abarcar essas pessoas. Na desafetação, ficaram algumas famílias no território do
207 parque, especialmente quando foram criados PDS sobrepostos à unidade de
208 conservação. O senhor Júnior afirmou que existe gente tentando entrar atualmente no
209 parque para conseguir uma posse, mas que se estas pessoas estão sendo informadas que
210 isso não será possível. Bruno disse que o objetivo é ser justo e reassentar e indenizar
211 quem está dentro dos critérios. Lívia fez uma proposta sobre toda a documentação
212 existente sobre o tema, e será disponibilizada para quem tiver interesse. É importante
213 que, quem está envolvido no conflito, entenda todo o processo e participar do GT.
214 Bruno retornou à apresentação. Mostrou a proposta de TAC (Termo de Ajustamento de
215 Conduta) para uso do parque, mas essa proposta não foi finalizada. Ficou acordado na
216 reunião do GT em fevereiro, as pessoas trazerem suas propostas para o TAC, até dia
217 vinte de março. Bruno mostrou consulta feita para a Procuradoria Federal Especializada
218 do ICMBio a respeito da continuidade dos usos dos moradores dentro do parque. A PFE
219 respondeu que as famílias podem continuar fazendo seus usos desde que assine termo
220 de compromisso específico com o ICMBio e esteja categorizado como de
221 vulnerabilidade socioeconômica. Gleison atentou para o conceito do termo de
222 compromisso e da importância da assinatura do documento para a continuidade de suas
223 atividades. Bruno afirmou que a assinatura do termo de compromisso será diretamente
224 com os moradores e não por meio das associações. A senhora Maria perguntou se uma
225 pessoa que entrou no parque depois de dois mil e sete, como ficaria. Bruno observou
226 que essas pessoas poderiam se enquadrar nos critérios de reassentamento, e também
227 terão os processos avaliados. Nesse caso, as pessoas serão reassentadas, mas não serão
228 indenizadas, diferente das pessoas que estavam no parque antes de dois mil e sete, que
229 serão reassentadas e indenizadas. A senhora Maria perguntou no caso de uma pessoa
230 que morava no parque, mas que não foi computada na lista. Bruno respondeu que seria
231 outro caso e parece que existe caso nesse sentido. Nesse caso, a pessoa poderá ser
232 reassentada e indenizada desde que comprove que estivesse no parque antes de dois mil
233 e sete. Júnior afirmou que existem famílias que necessitam criar gado para sobreviver,
234 pois a terra é pobre, mas a criação de gados dentro do parque é ilegal. Lívia observou
235 que a lei afirma que a permanência de animais domésticos é proibida dentro do parque,
236 então pode ser que o jurídico do ICMBio barre essa atividade. A senhora Maria das
237 Graças afirmou que existem outras alternativas de sobrevivência para as famílias além
238 de criação de gado, como criação de pequenos animais. O servidor Salles afirmou que
239 as pessoas estão entrando no parque e isso está sendo visto, além disso, quando da
240 conversa do INCRA, ficou estabelecido cem hectares por morador, e o que foi
241 desafetado do parque é suficiente para englobar os moradores. Bruno concordou e
242 observou que a demanda trazida pelo senhor Júnior foi registrada. O servidor retornou à
243 apresentação afirmando que foi iniciada a atividade de sinalização do parque, algumas
244 comunidades já concordaram com a sinalização. Registra-se que falta a decisão da
245 DECOL (Divisão de Consolidação do ICMBio) para finalizar a confecção das placas.
246 Salles afirmou que houve várias tentativas de sinalização na comunidade Nova
247 Integração, mas que as placas foram retiradas. Lívia disse que, além disso, já houve
248 problema com ameaças às empresas responsáveis pela colocação das placas. Bruno
249 retornou a apresentação, informando que estão sendo abertos processos de regularização
250 fundiária. Foram setenta e quatro pessoas que trouxeram os documentos pessoais para

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parna da Amazônia

251 abertura do processo. Em abril – de primeiro a cinco –, o ICMBio irá até as
252 comunidades para receber os documentos dos moradores para abrir o processo e iniciar
253 a instrução processual. O servidor afirmou que serão priorizados os moradores que
254 estavam no ano de dois mil e sete. Salles afirmou que deve-se observar e cruzar os
255 dados, pois muitos ocupantes estão vendendo suas terras e isso deve ser considerado.
256 Bruno mostrou a lista com as informações e os documentos entregues pelos moradores
257 no ICMBio. O servidor encerrou a apresentação afirmando que todas as informações –
258 atas, relatos, listas, planilhas – estão disponíveis para quem tiver interesse. Livia iniciou,
259 então, a apresentação relativa a dois instrumentos de gestão das unidades de
260 conservação, que são o plano de manejo e o plano de uso público. A servidora mostrou
261 a importância do planejamento de uma unidade de conservação para o futuro que
262 queremos para a UC, colocar as atividades em práticas, atingir os objetivos específicos,
263 definir prioridades de ação e de gestão, otimizar os recursos financeiros e humanos e
264 monitorar os resultados. O importante é que o planejamento seja aplicado, de forma a
265 obter sucesso na nossa investida. O Parque Nacional da Amazônia completou esse ano
266 quarenta e cinco anos e seu principal instrumento de planejamento foi elaborado na
267 década de setenta, assim, deve ser atualizado, pois o contexto da região mudou. João da
268 SEMAGRA trouxe que ele cresceu na roça e lembra de seu avô e pai trabalhando na
269 roça, especialmente macaxeira, abacaxi, mandioca e galinha caipira. Após seu avô
270 falecer, seu pai cortou toda sua plantação de abacaxi, e iniciou a criação de gado.
271 Afirmou que, na secretaria, procura passar para as pessoas que pensem, façam um
272 planejamento adequado. Gleison perguntou para os participantes: o que é plano de
273 manejo. Júnior respondeu que plano de manejo é um planejamento para ter algo no
274 futuro. Leonardo respondeu que plano de manejo é como vamos agir para ter alguma
275 coisa. Maria da Graça afirmou que na agricultura familiar se faz um planejamento de
276 como melhor usar a terra, trabalhar de maneira sustentável para viver durante anos na
277 propriedade. Maria da SEMAGRA contou a respeito do passado, quando seu pai
278 afirmava que se deve deixar a terra respirar, descansar, para continuar produtiva.
279 Joaquim afirmou que plano de manejo é trabalhar de forma sustentável. Isaías disse que
280 plano de manejo é agir de forma racional. Huyrajá do INCRA disse que antigamente se
281 fazia planejamento no instituto, mas atualmente planeja-se muito pouco. Gleison
282 afirmou que, no ICMBio, tem-se pensado em planejamento, melhores formas de
283 planejar, capacitar os servidores nesse sentido. Joaquim disse que, com relação ao
284 parque, planejar seria ter boas trilhas, sinalização correta, condutores capacitados, de
285 forma a receber turistas adequadamente. Gleison afirmou as ponderações foram todas
286 ótimas, mas que para as unidades de conservação, o conceito de plano de manejo é um
287 pouco diferente. Livia afirmou que o plano de manejo é um instrumento de gestão, o
288 que será feito ao longo dos anos para a unidade de conservação atingir seu objetivo, o
289 que os gestores deverão fazer para atingir esses objetivos. Além disso, o plano de
290 manejo indica o zoneamento da unidade de conservação, onde podemos fazer alguma
291 atividade na UC. Gleison fez a relação entre o plano de manejo e os objetivos de um
292 planejamento, como apresentado no início. A UC tem alguns objetivos, o que preciso
293 fazer para alcançar esses objetivos e como vou avaliar se alcancei esses objetivos, se
294 alcancei os objetivos da unidade. Livia perguntou, então, qual o papel do conselho na
295 elaboração do plano de manejo. Afirmou que o documento é construído junto com a
296 comunidade. Gleison mostrou o mapa do Parque Nacional da Amazônia, e sua
297 imensidão. Observa a importância de várias pessoas que conhecem algumas partes da
298 região, e que agregar os vários conhecimentos é importante para o todo. Livia
299 apresentou a metodologia nova de elaboração de plano de manejo, mais simples e mais
300 rápida. Gleison mostrou as etapas de confecção de um plano de manejo, que se inicia

HP

Braio

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parna da Amazônia

301 com o levantamento de informações, organização e planejamento, realização da oficina
302 de elaboração do plano de manejo (na qual são construídos o propósito da unidade, as
303 significâncias, o zoneamento, as normas que regem a UC). Maria da Graça perguntou
304 sobre de quanto em quanto tempo se faz a oficina. Lívia respondeu que a normas
305 indicam cinco anos, mas esse período é flexível. Gleison afirmou que, após a oficina, é
306 feita a consolidação da primeira versão do plano de manejo. Essa primeira versão é
307 devolvida aos participantes para correções e sugestões. Após a análise dos participantes,
308 é feita uma apresentação do plano de manejo para a DIMAN do ICMBio. Após, é feita a
309 apresentação para a Procuradoria Federal Jurídica do ICMBio, que vai avaliar o plano
310 de manejo à luz da legislação ambiental brasileira. Maria da Graça pergunta se a PFE
311 pode sugerir modificações. Lívia respondeu que o papel da PFE é avaliar o plano de
312 manejo a partir da legislação ambiental, e não fazer proposições. Gleison observou que
313 a oficina de plano de manejo do Parque Nacional da Amazônia está prevista para a
314 última semana de maio, e é o principal espaço de conversa e participação das
315 comunidades no processo de elaboração do documento. Lívia afirmou que a oficina tem
316 a duração de cinco dias, e é importante o compromisso do participante nesse espaço,
317 então a ideia, no momento, seria fazermos a lista dos participantes. Gleison disse que
318 hoje o parque tem um zoneamento, e que na oficina será elaborado o novo zoneamento,
319 já que o contexto da região mudou. No zoneamento, serão delimitadas as áreas onde
320 pode-se fazer determinadas atividades. Lívia reiterou que o zoneamento do Parna da
321 Amazônia será construído na oficina. Assim, a ideia agora é listarmos os atores
322 importantes para participarem da oficina, além das instituições do conselho. Leonardo
323 afirmou que os indígenas de Maués utilizam a região, mas que não entendem a língua
324 brasileira. Lívia sugeriu a presença de um intérprete. Leonardo retomou que, além dos
325 indígenas, outras pessoas utilizam o parque, como próximo ao projeto do Sato, e é
326 importante que sejam convidados. Já no oeste do Parque, próximo a Pau-Rosa, existe o
327 pessoal do Curuatuba que utiliza o parque. Gleison afirmou que o ideal seria convidar
328 pessoas que tenham alguma relação com o parque, que façam o uso na região, que
329 estejam próximos ao parque. Bruno afirmou também que o objetivo é levantar as
330 pessoas que se relacionam com o parque, e como faremos para contatá-los. Leonardo
331 afirmou também que existem outras aldeias, como Conceição, Campo Branco (Senhor
332 Bernardino). Bruno afirmou que importante é haver intérprete, ao que Leonardo disse
333 que existem intérpretes. Leonardo afirmou também que os indígenas do Mamuru
334 também têm bastante conhecimento da região. Lívia disse que é importante as outras
335 comunidades indicarem participantes que sejam importantes para a oficina, quais
336 secretarias seriam importantes para participarem, as empresas e instituições
337 responsáveis pela concessão florestal no entorno do parque – Amazon Florestal e
338 IdeflorBio. Lívia perguntou quais as comunidades deveriam ser convidadas para a
339 oficina. São sugeridas as comunidades Cocalino, Nova Conquista, Arixí, Novo
340 Horizonte, Califórnia, Monte Verde, Nova Integração, São Manoel, Nova Fronteira,
341 Vila Rayol, São Luiz do Tapajós, Pimental, Km 180 (Boa Esperança), Montanha
342 Mangabal. Gleison sugeriu convidar a terra indígena Sawré Muybu. Lívia perguntou
343 quais órgãos públicos seriam importantes na oficina. As sugestões foram: Diretoria de
344 Turismo de Itaituba, FUNAI, INCRA, Secretaria de Meio Ambiente de Aveiro,
345 SEMMA de Itaituba, EMATER, SEMAGRA de Aveiro, SEMAGRA de Itaituba, IFPA,
346 representante da Resex Tapajós-Arapiuns, Márcio Ferla (antigo gestor do Parque). Lívia
347 pergunta outras instituições que poderiam participar. Foram sugeridos: IPHAN,
348 Representante dos Romeiros, ADTUR, DNIT. Fechada a lista, Gleison re-iniciou a
349 apresentação, afirmando que dentro do plano de manejo existem estudos específicos,
350 como planos de fiscalização, de pesquisas, de interpretação ambiental e de uso público

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parna da Amazônia

351 ou visitação. Às catorze horas e cinquenta e oito minutos, é feita uma pausa de dez
352 minutos para o café. Às quinze horas e dezessete minutos, Gleison retomou a
353 apresentação, informando que os planos específicos são importantes também para a
354 revisão, assim, seria necessário apenas revisar o plano específico. O Parque Nacional da
355 Amazônia tem um plano de uso público (PUP), elaborado há anos. Se uma UC recebe
356 visitantes, a unidade deve ter um plano de uso público. Assim, concomitante à revisão
357 do plano de manejo do parque, estamos fazendo a revisão do plano de uso público. As
358 perguntas chave são: o que é uso público, por que ter um plano de uso público e como
359 fazê-lo. Lívia afirmou que, como o plano de manejo, plano de uso público faz um
360 planejamento para a visitação do parque, indicação de trilhas, como o público será
361 abordado, quais atividades de visitação podem ser realizadas no parque. A servidora
362 também abordou o investimento que deve ser feito no parque, qual a infraestrutura
363 desejada. Gleison exemplificou o nível de estrutura prevista do PUP em vigor, por
364 exemplo, dois museus, quatro estacionamentos, hotel de selva etc. Lívia observou que o
365 plano de uso público deve considerar o potencial de visitação do parque. A servidora
366 expôs que, assim como o plano de manejo, o PUP será elaborado em uma oficina, que
367 será realizada quarenta e cinco dias após a oficina de plano de manejo do parque, e terá
368 duração de três dias. Assim, a ideia é, no momento, levantarmos as instituições que
369 teriam relação com o uso público no parque. As sugestões foram: Diretoria de Turismo,
370 ADTUR, Secretaria de Turismo, Vila Rayol, São Luiz do Tapajós, SEBRAE,
371 Comunidade Monte Verde, representante da Flona do Tapajós, Associação Mãe Resex
372 Tapajós Arapiuns, ASSEI, Câmara de Vereadores de Aveiro, representante de Agências
373 de Turismo, representantes de operadores de avistagem de aves. Gleison finalizou a
374 reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos. Por ser verdade, eu, Leandro
375 Lazzari Ciotti, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, que será assinada por mim e
376 pelos presentes. Itaituba/PA, dezoito de março de dois mil e dezoito.

Edilberto Bostes Dourado Júnior.

Maíra da Graça Marinho da Silva

Fátima

Leandro Lazzari Ciotti

José Soares de Oliveira

João Filho Dias Aquela

Genie V. Soares

Yoaquim Aníbal dos Santos

Candido Dias de Oliveira

Lívia Boubert F. Celho

Gleison M. Freitas

Jessica da Silva Pinheiro Frederico

Leonardo Santos Cardoso

Darlene Oliveira Araújo

Leandro Lazzari Ciotti